

XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

O LIVRO E SEUS AGENCIAMENTOS: BIBLIOCLASTIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

THE BOOK AND ITS AGENCIES: BIBLIOCLASTY AT THE UNIVERSITY OF BRASÍLIA

Ana Karolina Alves Amorim – Universidade de Brasília (UnB)

Rodrigo Rabello – Universidade de Brasília (UnB)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: O Espaço Direitos Humanos da Biblioteca Central da Universidade de Brasília foi criado em 2018 após uma situação biblioclástica. Os livros mutilados culminaram em uma reação institucional. Objetiva-se apresentar alguns agenciamentos que originaram o Espaço e refletir sobre a materialidade do objeto, sua força e implicações epistêmicas. Assim, utilizou-se aspectos da pragmática habermasiana e, como recurso heurístico para análise e interpretação dos dados, contribuições de abordagens do tipo ator-rede, com entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental. Como resultado parcial, observa-se que o movimento neodocumental permite agregar a perspectiva fisicista – a mais forte na área – a outras dimensões de materialidade do livro.

Palavras-chave: livro; materialidade; biblioclástica; biblioteca universitária; teoria ator-rede.

Abstract: The Human Rights Space of University of Brasília's Central Library was created in 2018 after a biblioclastic situation. The mutilated books originated an institutional response. The aim is to present some Space's agencies and reflect on the object's materiality, its strength and epistemic implications. Thus, aspects of Habermasian pragmatics were used and, as a heuristic resource for analysis and interpretation, contributions from actor-network approaches, with semi-structured interviews and documentary research. As a partial result, it is observed that the neodocumentary movement allows the addition of the physical perspective – the strongest in the area – to other dimensions of the book's materiality.

Keywords: book; materiality; biblioclasy; university library; actor-network theory.

1 INTRODUÇÃO

O Espaço Direitos Humanos da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB) foi inaugurado em 20 de novembro de 2018, dia da Consciência Negra, e tem o

objetivo de suportar as necessidades informacionais e fomentar a produção de conhecimentos relacionados ao tema (UnB, c2024a).

Sua criação está relacionada ao caso de biblioclastia ocorrido na BCE/UnB em outubro de 2018, quando a instituição notou a danificação de livros de direitos humanos contidos em seu acervo. A biblioclastia é entendida como a destruição intencional de livros: a palavra “biblioclasta” tem origem no grego *biblion* (livro) e *klao* (romper). O biblioclasta é um “destruidor de livros”, conforme Domingo Buonocore (Meneses-Tello, 2023).

Os livros, mormente concebidos como representantes da memória e cultura de um determinado grupo social, podem se tornar alvo de biblioclastia. Essa situação assim se caracteriza quando um grupo antagônico destrói a memória coletiva materializada nesses objetos (Santos, 2017). Nesse contexto, os livros de direitos humanos da BCE/UnB foram alvo de violência (física e simbólica), o que demonstra a dimensão simbólica de tais objetos (Pomian, 1998) estando esta para além do conteúdo descritivo e temático explícito no objeto (Murguia, 2009), já que outras camadas de materialidade se somam a tal conteúdo.

Há necessidade, então, de considerar sua complexidade, sobretudo na área de ciência da informação, que historicamente se apoiou (Capurro, 2007) e vem se apoiando (Rabello, 2019) em uma abordagem fisicista ou fisicalista, com foco na informação registrada. Assim, enfatizou-se e vem se enfatizando o conteúdo explícito e os suportes de informação, algo que se impôs como um tipo de “argumento de autoridade”. Nessa direção, o livro foi sendo concebido sobremaneira como “suporte de informação registrada”.

Nesse ponto, ressalta-se o recurso pragmático da “força sem força do melhor argumento”, criado por Jürgen Habermas (Demo, 2010), para demonstrar que o “argumento de autoridade” se baseia em cânones rígidos, e se impõe com força pretensamente inquestionável, coercitiva. A “autoridade do argumento”, por sua vez, é a qualidade de o argumento poder ser questionado e de possibilitar outras perspectivas, exercendo uma força própria.

Nesse sentido, ao problematizar a concepção do livro apenas como “suporte de informação registrada” ou “registro” – um “argumento de autoridade” comum na área de ciência da informação –, busca-se enfoques alternativos, como a neodocumentação, para refletir sobre a força sem força do livro, ou seja, sobre a força sem força da “autoridade do argumento” vinculada à materialidade do livro. Esse entendimento transcende a noção de

informação registrada ou explícita. Esse “além” é compreendido por meio das múltiplas dimensões da materialidade deste e de outros objetos (Rabello, 2019).

Pretende-se apresentar agenciamentos do objeto livro que originaram o Espaço Direitos Humanos da BCE/UnB e, à luz da rede resultante, refletir sobre a materialidade do objeto, sua força pragmática e possíveis implicações epistêmicas.

Para tanto, utilizaram-se aspectos da pragmática habermasiana (Demo, 2010) para refletir sobre a força da materialidade do livro (Rabello, 2019), e contribuições da teoria ator-rede para a fundamentação e análise (Latour, 2012, 2016). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com atores institucionais envolvidos na criação do Espaço e analisados documentos resultantes de tais agenciamentos. Para a fundamentação teórica, contou-se, ademais, com o recurso da revisão narrativa da literatura, a fim de identificar conceitos-chave, conhecer como os temas têm sido abordados e obter subsídios para aprofundar as interpretações (Rother, 2007).

2 REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA

2.1 Argumento de autoridade: informação registrada

Uma premissa do racionalismo moderno consiste em difundir o saber para alcançar o progresso. A Idade Moderna, nesse contexto, foi palco para o surgimento de instituições e instrumentos destinados à preservação e transmissão de informação registrada. No caminho que levou ao cientificismo, livros, enciclopédias, periódicos científicos, entre outros meios, tornaram-se objetos de ações racionais voltadas à preservação e transmissão de informação para a produção de conhecimento (Mendes, 2016).

Como fruto do aperfeiçoamento de critérios e políticas de comunicação científica, a emergência do movimento bibliográfico, na segunda metade do século XIX, tem sido concebida como um terreno fértil para a origem do percurso disciplinar da ciência da informação (Ortega, 2009). Nesse contexto, é possível observar as contribuições das preocupações com a documentação na primeira metade do século XX, a partir dos trabalhos de Paul Otlet e Henri La Fontaine. A documentação se caracterizou por focar na organização do conhecimento como meio para a recuperação de documentos no contexto da promoção de uma cultura de paz (Rayward, 1997, 2014).

Noutra direção, a biblioteconomia especializada se desenvolveu sobremaneira em solo estadunidense desde meados da segunda metade do século XIX. A partir dos anos 1950, ela também foi um terreno fértil para a criação da ciência da informação, sobretudo com a crescente preocupação no desenvolvimento e na gestão de sistemas de informação, contando com a relação com outros saberes e com o desenvolvimento tecnológico para a resolução de problemas no período pós Segunda Guerra Mundial (Saracevic, 1996).

Inicialmente focada nas demandas de recuperação e/ou armazenamento da informação, a ciência da informação se preocupou, em seus primórdios, com os aspectos técnicos e representacionais da comunicação do conhecimento, bem como com o comportamento e os efeitos da informação, seus usos e usuários, sistemas de acesso e recuperação da informação, entre outros (Saracevic, 2009).

Há um percurso disciplinar que tem priorizado os suportes de informação e a organização e a recuperação da informação registrada armazenada em determinado sistema, algo que influenciou a emergência e estabelecimento do próprio campo, seu objeto definidor e enfoques epistemológicos. Esses percursos e interesses focaram aspectos físicos da informação e os conteúdos explícitos nos suportes, dando origem a uma tradição fisicalista ou fisicista da ciência da informação (Capurro, 2007), impondo-se como um argumento de autoridade fundador do campo, haja vista, por exemplo, a força da ideia de “informação-como-coisa” (Buckland, 1991), constantemente revisitada, ainda que parcialmente, para se referir à informação registrada.

O argumento de autoridade é aquele que se sustenta por alguma autoridade e nem sempre está aberto ao diálogo (Demo, 2010). No âmbito da ciência, esse tipo de argumento pode ser associado à resistência a mudanças naquilo que Kuhn (2005) denominou de ciência normal. Dessa forma, o argumento da informação registrada serviu e serve como “porto seguro” para parte do discurso de disciplinaridade da ciência da informação, gerando implicações epistêmicas. Um de seus efeitos recai, por exemplo, no entendimento do livro quando concebido como suporte de informação registrada e nos estudos e ações de tratamento (descritivo e temático) para fins de recuperação.

Para exercitar o questionamento, propõe-se considerar outros enfoques e outras dimensões da informação, algo que encontra solo profícuo de desenvolvimento no movimento neodocumental e no conceito de materialidade.

2.2 Autoridade do argumento: dimensões de materialidade do livro

O movimento neodocumental representa uma abertura epistemológica na ciência da informação a partir da década de 1990, com contribuições de autores como Buckland (1991), Day (1997), Frohmann (1995; 2000; 2008), entre outros. Trata-se de um resgate da documentação otlet-brietiana nos estudos anglo-americanos (Ortega; Saldanha, 2017), num contexto em que se propõem novos caminhos para o estudo, como a ampliação da noção de política de informação e a exploração das possibilidades investigativas da materialidade da informação e do documento, entre outras (Amorim; Rabello, 2023).

Nesse contexto, a materialidade pode ser compreendida sob a forma de enunciados que permanecem com certa resistência e que circulam no mundo social, gerando efeitos (Frohmann, 2000). Apesar de se estabilizar na fisicalidade dos objetos informacionais, a materialidade transcende essa fisicalidade (Frohmann, 2008). A materialidade não se restringe ao conteúdo explícito em um suporte. Ela abarca valores e práticas que podem se constituir em instituições e redes, em regimes de informação (Frohmann, 1995).

Nesse sentido, neodocumentalistas, como Frohmann, têm ampliado os horizontes da tradição documental, trabalhando com valores presentes nas práticas de produção documental, nos agenciamentos e em seus efeitos (Amorim; Rabello, 2023). Entre essas práticas, pode-se citar a formação de coleções que refletem as imbricações com alcances sociais diversos, como é o caso do colecionismo bibliográfico ou das coleções institucionalizadas (Murguia, 2009). Os efeitos de outras dimensões de materialidade – para além do conteúdo explícito presente no livro – tende a indicar uma diferenciação do argumento de autoridade fundamentado na informação registrada.¹

Sem negar a relevância do livro como suporte de informação registrada, o objeto carrega ademais outros aspectos simbólicos que podem levar a necessidade de sua preservação ou de seu desfazimento/destruição. Neste caso, um livro pode ser aniquilado ou mutilado quando considerado um objeto perigoso ou subversivo. A história está repleta de exemplos de biblioclastia em ações bélicas, dentre as quais quando uma biblioteca se encontra na condição de espólio de guerra, e/ou quando é resultado de intolerâncias de toda sorte (étnica, política, religiosa, dentre outras) (Báez, 2006).

¹ São exemplos de dimensões de materialidade aquelas relacionadas à memória individual e coletiva, aos modos de institucionalidade e a determinadas agências informacionais, envolvendo valores simbólicos, pragmáticos, políticos, mercadológicos, científicos, entre outros (Rabello, 2019; Amorim; Rabello, 2022).

Se há forças para a destruição de livros a partir das dimensões de sua materialidade, outras podem encontrar em tais dimensões um meio de luta ou de resistência às formas de intolerância. Esse foi o caso da reação da UnB quando a sua Biblioteca Central foi alvo de ações de biblioclستا(s).

2.3 Rede e centros das associações

A teoria ator-rede ou teoria do ator-rede (TAR, do inglês *Actor-Network Theory*) é um recurso heurístico que permite compreender como uma ou mais redes se constituem a partir das associações entre atores. Nesse contexto, esse recurso foi utilizado para analisar uma situação de biblioclastia ocorrida na BCE/UnB. Parte-se do pressuposto de que, por meio dos agenciamentos entre atores humanos e não-humanos – ou seja, actantes, que realizam e provocam ações –, é possível observar os agenciamentos e as dimensões de materialidade do livro.

A teoria ator-rede se insere nos estudos de ciência e tecnologia, com particular atenção ao desenvolvimento de investigações sociais da ciência, ou antropologia das ciências, e tem como expoentes autores como Callon (2008), Latour (2012; 2016), Law (1992), Akrich (1992), entre outros. Latour (2012), em sua abordagem, se interessa pela produção de fatos científicos e questiona, por exemplo, os cânones rígidos da sociologia. Para ele, é necessário seguir os atores e descrever os agenciamentos que formam as redes. Nesse entendimento, não caberia à sociologia estudar o social, mas sim o enredamento composto e originado pelas associações de atores (Latour, 2012).

Segundo Latour (2016), devemos considerar que estamos sempre um passo atrás dos atores, os quais devem ser tratados de forma simétrica: não há hierarquia entre atores humanos e não-humanos, pois ambos se mesclam e formam híbridos — entidades coletivas e mutáveis. No interior das redes, ocorrem diversos cursos de ação, nos quais os atores se associam, formando composições. O resultado situacional de um ou mais cursos de ação é o que o autor chama de tradução(ões) (Latour, 2016).

Com isso, seguindo os atores envolvidos na criação do Espaço Direitos Humanos na BCE/UnB, poderemos observar alguns agenciamentos de modo a exemplificar como actantes não-humanos – os livros de direitos humanos – mobilizaram um coletivo.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 O caso de biblioclastia na BCE/UnB

Em 04 de outubro de 2018, a BCE/UnB divulgou uma nota pública informando o dano proposital de cinco livros de seu acervo de direitos humanos (UnB, c2024b). A partir da nota, diversos veículos de comunicação publicaram reportagens (*Correio Brasiliense*, *Agência Brasil*, *G1 DF* etc.), bem como outras unidades da UnB (Gabinete da Reitoria) e do Governo Federal (Ministério dos Direitos Humanos) publicaram notas de repúdio. Em 10 de outubro, a comunidade acadêmica realizou um protesto contra os atos biblioclastas, e estudantes do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH) da UnB doaram livros para a biblioteca.

O ato de biblioclastia foi percebido como um ataque simbólico às conquistas no âmbito dos direitos humanos e à democracia, bem como a religiões de matriz africana – tema dos objetos que foram alvo de mutilação. Além disso, o episódio estava inserido num contexto de eleições presidenciais dos candidatos Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores) e Jair Bolsonaro (então Partido Social Liberal). O período foi marcado pelos ataques às instituições democráticas, dentre as quais as universidades públicas, advindos dos apoiadores de extrema-direita, eleitores de Bolsonaro.

Os servidores da BCE/UnB, em reação à ação biblioclasta, buscaram meios de defender a instituição e a democracia. Uma das iniciativas foi a criação do Espaço Direitos Humanos, proposta esta mobilizadora de uma rede e de seus agenciamentos.

3.2 Criação do Espaço Direitos Humanos

Acompanhando a premissa da teoria ator-rede de seguir os atores que constroem o social, foram entrevistadas pessoas (actantes) envolvidas na criação do Espaço Direitos Humanos, entre dezembro de 2023 e março de 2024.

O actante 1 foi identificado com base na pesquisa documental, e trabalha na biblioteca. Entende o livro como “símbolo de evasão de significados” e a biblioteca como patrimônio público de elevada importância. Esse actante relata que, frequentemente, livros eram encontrados rasgados no acervo, mas foi observado um padrão nas obras mutiladas. O momento político alertou os profissionais, que então tomaram a decisão de publicar a nota pública e criar o Espaço. O actante 1 se envolveu em todo o processo de criação e relata que,

em uma reunião, discutiu-se o nome do Espaço. Alguns tinham o interesse de que se chamasse “Espaço Marielle Franco”², porém outros argumentaram que havia medo de retaliações e, ao final, o nome “Espaço Direitos Humanos” conseguiu maior adesão.

O actante 2 foi uma indicação do actante 1. O segundo actante concebe o livro como fonte de informação, destacando o seu valor afetivo. Seu papel foi de receber os livros que estavam sendo encontrados mutilados e de identificar, junto com os colegas, o perfil desses livros. Foi responsável por levar a situação à direção da BCE e também contatou a rede de televisão Bandeirantes para noticiar o fato.

O actante 3 já tinha a ideia de dar visibilidade à temática de direitos humanos por conta do contexto de instabilidade política, e entendeu o caso como uma forma de intimidação. Resolveu que a biblioteca “responderia à altura” e pensou no Espaço como uma forma de demarcar simbolicamente que a BCE não era lugar para vandalização. O actante 3 concebe o livro como “um artefato de materialização do conhecimento”, e a biblioteca como um espaço fundamental de democratização e socialização da informação.

O actante 4 trabalhou para reunir o acervo do Espaço. Entrou em contato com o PPGDH da UnB para que pudesse ajudar na seleção de obras, e designou obras que já existiam na biblioteca para serem remanejadas para o Espaço, e outras para compra. O actante 4 concebe o livro como objeto, canal ou símbolo de afeto; e a biblioteca como uma instituição com peso e relevância na sociedade.

3.3 O livro e seus agenciamentos

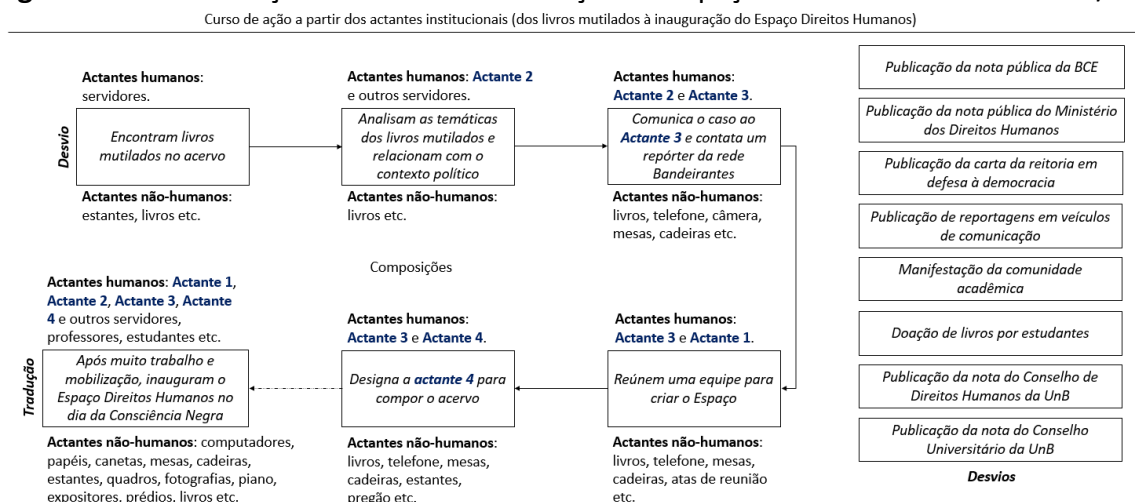
Considerando o curso de ação a partir dos atores institucionais entrevistados, observou-se, conforme a teoria ator-rede, que houve um desvio, uma interrupção no curso de ação tradicional da biblioteca que envolve rotinas comuns, como aquisição, empréstimo, entre outros. O curso de ação rotineiro foi afetado quando os servidores encontraram livros mutilados no acervo. A partir desse desvio, outros cursos de ação foram gerados e ocorreu uma série de repercussões.

Esses movimentos – ou composições – que se deram no interior desses cursos de ação desencadearam outros desvios, fora da biblioteca. O resultado desses cursos de ação e composições se traduz na inauguração do Espaço em uma data simbólica – dia da

² Em homenagem à vereadora carioca assassinada, junto a seu motorista, Anderson Gomes, em março de 2018.

Consciência Negra – como uma forma de resistência e resposta aos biblioclastas responsáveis pela mutilação dos livros. A figura 1 a seguir ilustra o curso de ação em questão:

Figura 1 – Curso de ação institucional da criação do Espaço Direitos Humanos da BCE/UnB



Fonte: Elaborada pelos autores (2024) [inspirada na teoria ator-rede (Latour, 2016)].

Na figura 1, podemos observar que o curso de ação se inicia com a descoberta de livros mutilados no acervo. Os profissionais analisam as temáticas dos livros mutilados e o actante 2 decide acionar o actante 3 e a rede de televisão para noticiar o ocorrido. A partir daí, o curso de ação vai ganhando novas composições: reportagens, notas públicas, manifestação etc. Diante da repercussão, o actante 3 e o actante 1 reúnem uma equipe com outros atores para materializar um espaço no qual essa temática pudesse ganhar visibilidade. Na equipe, o actante 4 fica responsável por compor o acervo e aciona outro ator institucional (PPGDH) para auxiliar. Após muito trabalho, o Espaço é organizado e inaugurado.

4 CONSIDERAÇÕES

O caso de biblioclastia ocorrido na BCE/UnB demonstra o quanto o livro é um objeto simbólico, valorizado em diversas camadas de significação, agenciando e sendo agenciado por actantes. Como um híbrido, mobiliza atores tanto como alvo de destruição quanto como objeto que deve ser preservado e valorizado. Além de ser um suporte de informação registrada, os objetos mutilados são símbolos que provocam opositores da democracia e dos

direitos humanos, ao mesmo tempo que representam a democracia e a luta contra a intolerância no país.

Portanto, a mencionada hibridez corrobora a complexidade das dimensões de materialidade do livro: ele é muito mais do que um suporte de informação registrada. Essa amplitude pode ser observada na fala dos atores institucionais. Apesar de reconhecerem o livro como fonte de informação, também realçam características as quais evidenciam sua múltipla significação, com valores afetivos, meio de democratização da informação, dentre outros.

Assim, o argumento de existência de dimensões da materialidade do livro ganha força mediante a análise de parte da rede e de seus agenciamentos. Exerce força sem força pela própria qualidade do argumento. Ele não se impõe evocando uma tradição, um cânone. Com o aporte da neodocumentação é possível refletir sobre essa força sem força não no sentido de excluir a perspectiva fisicista, mas de agregá-la às outras dimensões do livro.

Apesar dos avanços obtidos com foco nos livros vítimas de biblioclastia e na reação dos agentes institucionais, a pesquisa enfrenta o desafio de mobilizar outros actantes que compõem a rede. Há a intenção de escutar a voz de outros híbridos, sejam eles usuários da biblioteca na ocasião da mutilação dos livros, ou usuários da BCE/UnB após a criação do Espaço Direitos Humanos, bem como de mobilizar outros atores não-humanos, dentre os quais o próprio Espaço e seus alcances dentro e para além da BCE/UnB.

REFERÊNCIAS

AKRICH, M. The de-scription of technical objects. *In*: BIJKER, W.; LAW, J. (Eds). **Shaping technology/building society**. Cambridge; London: The MIT Press, 1992. p. 205-224.

AMORIM, A. K. A.; RABELLO, R. Materialidade do livro: mapeamento e visualização temática na literatura em Ciência da Informação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 20, p. e022021, 2022.

AMORIM, A. K. A.; RABELLO, R. O conceito de materialidade da informação em Bernd Frohmann. **Ibersid: Revista de Sistemas de Información y Documentación**, Zaragoza, v. 17, n. 1, p. 103-113, 2023.

BÁEZ, F. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas suméricas à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

CALLON, M. Dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 10, n. 19, jan./jun. 2008, p. 302-321.

CAPURRO, R. Epistemología y ciencia de la información. **Enl@ce: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento**, v. 4, n. 1, p. 11–29, 2007.

DAY, R. Paul Otlet's book and the writing of social space. **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 48, n. 4, p.310-317, 1997.

DEMO, P. **A força sem força do melhor argumento**: ensaio sobre “novas epistemologias virtuais”. Brasília: IBICT, 2010.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE (CAIS/ACSI), 23., 1995, Edmonton-Alberta. **Proceedings [...]**. Edmonton-Alberta: CAIS, 1995. p. 19-28.

FROHMANN, B. Discourse and documentation: Some implications for pedagogy and research. **Journal of Education for Library and Information Science**, State College, n. 42, p. 13-28, 2000.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M. S.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. (org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 13-36.

KUHN, T. K. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectivas, 2005.

LATOUR, B. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. São Paulo: Edusc, 2012.

LAW, J. Notes on the theory of the actor-network: ordering, strategy and heterogeneity. **Systems Practices**, [S.l.], v.5, n.4, p.379-393, 1992.

MENDES, L. C. O Movimento Bibliográfico: organização do conhecimento no contexto da modernidade. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, p. 134-151, 2016.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

MENESES-TELLO, F. Biblioclastia y libricidio: crímenes sociales y políticos contra la información y el conocimiento. **Ibersid: Revista de Sistemas de Información y Documentación**, Zaragoza, v. 17, n. 1, p. 13-32, 2023.

MURGUIA, E. I. O colecionismo bibliográfico: uma abordagem do livro para além da informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. especial, p. 87-104, 2009.

ORTEGA, C. D. A documentação como uma das origens da ciência da informação e base fértil para sua fundamentação. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 3, n. 1, p. 3-35, 2009.

ORTEGA, C. D.; SALDANHA, G. S. A noção de documento desde Paul Otlet e as propostas neodocumentalistas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2017. p. 01-20.

POMIAN, K. História Cultural, História dos Semióforos. *In*: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 71-95.

RABELLO, R. Informação materializada e institucionalizada como documento: caminhos e articulações conceituais. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**, Marília, v. 13, n. 2, p. 5-25, 2019.

RAYWARD, W. B. The Origins of Information Science and the International Institute of Bibliography/International Federation for Information and Documentation (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, New York, v. 48, n. 4, p. 289–300, 1997.

RAYWARD, W. B. Introduction: International exhibitions, Paul Otlet, Henri La Fontaine e the paradox of the Belle Époque. *In*: RAYWARD, W. B. (ed.). **Information beyond borders: international cultural and intellectual exchange in the Belle Époque**. Surrey: Ashgate, 2014. p. 1-22.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. V-VI, 2007.

SANTOS, J. M. A biblioclastia como mecanismo de controle social. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 85-97, 2017.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1. n. 1, p. 41-62, 1996.

SARACEVIC, T. Relevance: A review of and a framework for the thinking on the notion in information science. *In*: BRAGA, G. M.; PINHEIRO, L. V. R. (org.). **Desafios do impresso ao digital: questões contemporâneas de informação e conhecimento**. Brasília: Ibict, 2009. p. 15-70.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). Biblioteca Central. **Espaço Direitos Humanos**. Brasília: UnB, c2024a.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). Biblioteca Central. **Nota Pública, de 5 de outubro de 2018**. Brasília: UnB, 2018b.